

Sumário

Primeira Parte

Exposição Sistemática do procedimento executivo fiscal

1. Legislação de Regência	17
2. A pretensão executiva fiscal.....	17
3. O despacho inicial e a citação.....	22
4. O pagamento da dívida e a nomeação de bens e direitos	25
5. O estabelecimento de constrição judicial sobre o patrimônio do devedor	25
5.1. Sobre a distinção entre o Termo de Penhora e o Auto de Penhora	25
5.2. A substituição e o reforço de penhora.....	27
5.3. O arresto como medida substitutiva da penhora	27
5.4. A conversão do arresto em penhora	28
5.5. O registro da constrição judicial	28
6. A avaliação do bem constrito	28
7. Os Embargos.....	29
7.1. Sobre a exceção de pré-executividade.....	32
7.2. Sobre a necessidade de garantia da execução	39
7.3. A natureza jurídica dos Embargos	39
7.4. A amplitude da cognição exercida nos Embargos à Execução Fiscal.....	39
7.5. A defesa.....	40
8. Desfecho do procedimento executivo	40

8.1. Sobre o desfecho do procedimento executivo fiscal quando o julgamento dos Embargos resultar na integral desconstituição do título executivo.....	40
8.2. Sobre o desfecho do procedimento executivo fiscal quando não forem opostos Embargos ou quando o seu julgamento resultar na manutenção do título executivo	41
8.2.1. A arrematação.....	41
8.2.2. A adjudicação.....	41
8.2.3. A satisfação do crédito.....	42
8.2.4. A prescrição intercorrente.....	43
8.2.5. Abandono da causa	48

Segunda Parte

Comentários à Lei das Execuções Fiscais

Art. 1º	51
Art. 2º	58
Art. 3º	99
Art. 4º	101
Art. 5º.....	109
Art. 6º.....	119
Art. 7º.....	124
Art. 8º	128
Art. 9º	142
Art. 10.	152
Art. 11.	158
Art. 12.	209
Art. 13.	213
Art. 14.	216
Art. 15.	217
Art. 16.	221
Art. 17.	245
Art. 18.	248
Art. 19.	248
Art. 20.	251

Art. 21.	253
Art. 22.	253
Art. 23.	253
Art. 24.	262
Art. 25.	267
Art. 26.	271
Art. 27.	274
Art. 28.	274
Art. 29.	275
Art. 30.	281
Art. 31.	281
Art. 32.	283
Art. 33.	284
Art. 34.	285
Art. 35.	293
Art. 36.	293
Art. 37.	293
Art. 38.	293
Art. 39.	300
Art. 40.	303
Art. 41.	326
Art. 42.	327

Terceira Parte

Coletânea de posicionamentos pretorianos atinentes ao Procedimento Executivo Fiscal

1. Síntese dos posicionamentos pretorianos expostos nas Primeira e Segunda Parte desta obra	329
1.1. Posicionamentos do STF	329
1.2. Posicionamentos do STJ	330
2. Súmulas de Tribunais Superiores aplicáveis ao procedimento executivo fiscal	341
2.1. Súmulas do STF	341
2.2. Súmulas do STJ	341